



TRABALHISMO E POPULISMO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO

Neiva Afonso Oliveira - UFPel
Letícia Maria Passos Corrêa
- UFPel

PRIMEIRAS PALAVRAS

O presente artigo pretende caracterizar e situar, nos ambientes da produção sobre o tema, os acontecimentos denominados *trabalhismo* e *populismo*. Essa caracterização tem a intenção de, em primeiro lugar, localizar relações entre os dois movimentos políticos e, em segundo plano, tematizar sobre seus desdobramentos na contemporaneidade. Partimos da hipótese de que *trabalhismo* e *populismo* são categorias análogas, uma vez que, em produções acadêmicas das Ciências Sociais e da Ciência Política, frequentemente aparecem interligadas. Porém, tal analogia não nos permite tratar os dois temas como se fossem o mesmo. A aproximação dos *trabalhistas* com os ideais socialistas talvez seja o que mais os distancia da perspectiva *populista*. Outro aspecto de não confluência entre os dois é o fato de que no *trabalhismo*, o elemento sindical é a base sólida a partir da qual as demandas surgem; no *populismo*, o *locus* de assento dos problemas e soluções políticas localiza-se na figura de uma única personalidade, o político *populista*.

Em literatura que consultamos, por vezes, pelo menos o *populismo* surge ligado a ideias do tipo pejorativo, na medida em que pode significar, pelo menos, em primeira instância, uma retirada das classes populares da



participação na política. Já o *trabalhismo*, no Brasil, principalmente, está associado, usualmente, aos líderes carismáticos ligados à resistência, como Getúlio Vargas (1882-1954), João Goulart (1919-1976) e Leonel Brizola (1922-2004) e, exatamente por encontrar-se associado a lutas em defesa de processo de democratização, possui uma aceitação razoável nos ambientes políticos e sociais. Embora o populismo, por vezes, assuma, enquanto conceito, uma característica pejorativa, está, também, associado a essas mesmas personalidades políticas.

Primeiramente, trataremos da relação entre populismo e trabalhismo. Na sequência do texto, apresentaremos a divisão do populismo em *Populismo de 1ª Geração*, que ocorreu a partir de 1945, e em *Populismo de 2ª Geração*, que ocorreu nos anos 80. Posteriormente, apresentaremos a derrocada do populismo e o aparecimento de um recente movimento: o *Neopopulismo*. Em seguida, mostraremos como se relacionam os movimentos sindicais com os ideais populistas. Por fim, passaremos a uma breve exposição da educação no período da Era Vargas, abordando as relações entre populismo e trabalhismo nos materiais didáticos da época.

UMA QUESTÃO PRÉVIA: POPULISMO VERSUS TRABALHISMO?

De acordo com FERREIRA (2001), no Brasil, o populismo é herdeiro do clientelismo¹ da Primeira República, período que se estendeu desde a Proclamação da República, em 1889 até 1930. O autor considera que após

¹ O Clientelismo é um sub-sistema de relação política onde se estabelece a figura do “patrão” e do “cliente”, ou seja, onde uma pessoa recebe de outra a proteção em troca do apoio político.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

1930, a relação desigual entre Estado e sociedade, e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora persiste por conta, entre outros motivos, da falta de coesão entre os movimentos sociais que se encontram “(...) *cerceados em suas lutas pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos com a atuação dos pelegos sindicais e confundidos politicamente com as lideranças populistas, as mais antigas como Vargas, as mais recicladas como Goulart*” (p.61). Com a ditadura de Vargas, por exemplo, os trabalhadores perdem suas lideranças mais combativas e são iludidos pela propaganda estatal. O que ocorre é que, tanto os trabalhadores antigos como os novos não têm uma tradição de luta, organização e consciência. Alguns dos trabalhadores recém chegados do mundo rural, por exemplo, sucumbem aos agrados do ditador, pois se satisfazem com poucos benefícios materiais e alguma legislação social. Com isso, dedicam submissão à política de Vargas. Trata-se, conforme afirma o autor, ao fim e ao cabo, de “... *uma sociedade civil incapaz de auto-organização*” (p.62). O populismo encontrar-se-ia, portanto, dentro de um espectro negativo, em relação à participação autônoma dos atores sociais da época, pois “*a postura antiestatal (...) inviabiliza qualquer noção de cidadania (...) e acaba por bestializar o povo*” (CARVALHO, 1989, p.10-11). Culpar o Estado e vitimizar a sociedade são alguns dos fundamentos da noção de *populismo*. E ainda hoje, conforme afirmamos anteriormente, o populismo continua sendo um modelo aceito para explicar a política brasileira entre 1930 e 1964. Seu enfoque aponta para o movimento operário e sindical desde os anos 1970.

FERREIRA (2001), entretanto, não compreende a expressão como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante



1930/1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira e desconsidera a ideia desta época ter sido populista. Ao questionar o período acima citado, o autor caracteriza etapas diferentes da ocorrência *populismo*, quando procura reconstituir a história do mesmo.

O POPULISMO DE 1ª GERAÇÃO

A teoria da modernização – anos 50/60 – surte efeitos promissores nos meios acadêmicos do país com algum destaque para a configuração da noção de populismo.

GERMANI (1973) declara que a inserção dos países latino-americanos no mundo moderno, entretanto, não segue os padrões clássicos da democracia liberal europeia, e sim, registra a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. O que acontece, na verdade, é um rápido processo de urbanização e industrialização que arregimenta as massas populares no sentido de uma maior demanda por participação política e social. Ou seja, quanto maiores forem a evolução ou o progresso e modernização, mais participação e explosão de exigências por inserção na política. Nas palavras de FERREIRA (2001): “*Impacientes, eles exigiram participação política e social, atropelando, com suas pressões, os canais institucionais clássicos*” (p.64).

Nem sempre bem aceitas, as ações de exigência por uma participação maior das classes populares, desencadeiam golpes militares ou revoluções nacionais-populares, sendo que essas últimas foram chamadas *populistas*. Em outras palavras, a partir de mobilizações por parte do povo, que clama por



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

maior participação nos âmbitos sociais e políticos, são confrontadas as instituições clássicas, através da pressão das massas populares.

No texto da transição de uma economia tradicional de participação restrita para uma economia de mercado² de participação ampliada, a teoria da modernização elegeu uma classe coletiva central para o surgimento do populismo na América Latina: os camponeses, que não usufruem ainda de condições sequer psicossociais para um *modus operandi* democrático. Segundo IANNI (1975), no mundo urbano industrial, espaço onde há primazia das relações de mercado, sobrevivem ou predominam as massas e o líder, cujos vínculos são a demagogia e o carisma.

De acordo com o *Grupo Itatiaia*³, um dos problemas políticos do país foi o surgimento do populismo na política brasileira. Para esses pensadores economistas e sociólogos, o populismo era uma política de massa e um fenômeno vinculado à modernização da sociedade. Enfim, uma consequência do processo de proletarização de operários que não obtiveram consciência de classe. A fragilidade da condição operária, que não estava consciente de sua condição de exploração e a ausência de representatividade da classe dirigente oferecem campo fértil para que o *populismo* se instale no Brasil. A falta de entusiasmo dos operários em busca de sua politização acaba por fazer surgir o líder *populista*, figura política carregada de carisma com capacidade para mobilizar e empolgar as massas.

² O termo *economia de mercado*, em linhas gerais, expressa a existência do que podemos denominar *democracia dos consumidores*, onde as decisões de produção são descentralizadas e a livre iniciativa é peça-chave da engrenagem.

³ Grupo de mais ou menos 50 intelectuais nacionalistas ligados ao Ministério da Agricultura. Entre eles, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos que publicou, em 1961, *A crise do poder no Brasil*.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

RAMOS (1961) considera que o estabelecimento do *populismo* no Brasil ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, enquanto uma ideologia pequeno-burguesa que procurou mobilizar politicamente as massas obreiras nos períodos iniciais da industrialização. Os trabalhadores assalariados que não apresentavam uma opção classista que costuma qualificar as gerações de trabalhadores providos de longas tradições de luta não possuíam, também, destreza política e espírito de participação nas decisões políticas. Ocorre que associando os camponeses ao *populismo*, os líderes de massa encontraram sustentação para suas investidas políticas em grupos de componentes recém egressos dos campos que ainda não dominam o idioma ideológico, ou seja, trabalhadores que têm pouco exercício partidário e ínfimo conhecimento de seus direitos, o que os torna incapazes de exercer influência sobre os políticos populistas (p.69).

Como expressões desse *trabalhismo* brasileiro ou, conforme vínhamos denominando, manifestações do *populismo* de 1ª Geração, temos o que RAMOS (1961) intitula “doenças infantis”. A primeira dessas “moléstias” é o varguismo ou “*resíduo emocional baseado em impressões e crenças populares na bondade intrínseca de Vargas*” (p.70). A segunda é o janguismo, definido como uma espécie de continuação do que Vargas representou. Por fim, temos a denominação de peleguismo, um subproduto do varguismo e correlato do janguismo. Ainda, o expertismo, movimentação do partido político em busca de um *expert* que teorizasse acerca dos acontecimentos, ou seja, “um doutor”, a quem seria “encomendada” uma teoria sob medida, afinada com a situação política da época.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

RAMOS (1961) considera que o peleguismo obstrui a formação de um movimento obreiro na exata expressão da força política que tem já os trabalhadores brasileiros. As ações não tão politizadas do operariado determinadas pela origem da força de trabalho em um contexto de transição de uma economia tradicional de participação política restrita para uma economia de mercado fariam marcas de um individualismo na mesma classe operária. Essa, devido às suas origens rurais tradicionais e patrimoniais, tornou-se passiva e dependente do Estado. Daí, o surgimento do *populismo*.

De acordo com CAPELATO (1998), torna-se evidente que um dos elementos constitutivos da noção de *populismo* é a compreensão dos movimentos sociais com reflexos das variáveis socioeconômicas. É correto afirmar, então, que o apoio à causa do *populismo* deva ser entendido a partir da estrutura social e que é irrelevante levar em conta qualquer elemento de ordem política ou cultural. (p.73). WEFFORT (1980) também enfatiza que a reflexão sobre o populismo deve basear-se em análises sobre relações individuais conjunturais

Uma análise bastante madura sobre a relação entre Estado e trabalhadores é o que nos oferece GOMES (1988) quando menciona movimentações estratégicas de um lado e de outro, ocorrendo ações ora meramente impositivas e restritivas por parte do Estado, ora simples troca por parte dos trabalhadores, em prol de ganhos advindos pela legislação social. Afirmações importantes dos dois autores acima citados sugerem que o populismo não foi mera manipulação de massa de cima para baixo, mas que houve interlocução entre Estado e classe trabalhadora. O autor de *O populismo na política brasileira* critica a versão liberal do *populismo*, cuja explicação para



a ocorrência do mesmo é tão-somente a manipulação e a demagogia dos líderes, conjugadas à ignorância e ao atraso das massas. Há autores⁴ que admitem que as relações entre sindicatos e Estado acontecem à base das relações de propriedade, materiais (aquisição de bens e serviços) ou imateriais (conquista de direitos).

O POPULISMO DE 2ª GERAÇÃO:

As análises sobre o *populismo* mais próximas daquilo que Guerreiro Ramos denominou “doenças infantis” foram, aos poucos, perdendo espaço. Ganharam acento teses similares às de Francisco Weffort. O populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora tenha triunfado porque satisfaz, a certa altura, demandas significativas dos assalariados. Com isto, podemos dizer que a segunda versão do *populismo* rejeita princípios e raciocínios anteriores, como por exemplo, a teoria da modernização, determinações socioestruturais na organização da classe trabalhadora e resultados negativos advindos da inserção dos camponeses no meio operário. Porém, aceita a tese de Weffort que apresenta os acontecimentos *repressão*, *manipulação* e *satisfação*, presentes nas relações entre Estado e trabalhadores. É inegável que os dois movimentos vão acontecendo dentro de uma conjuntura que facilita essa movimentação. Aparece, pois, o *populismo* na sua versão mais repressiva e demagógica (FERREIRA, 2001, p.84).

⁴ Ver Crawford Brough Macpherson (1935), em *Voluntary associations within the state, 1900-1934; with special reference to the place of trade unions in relation to the state in Great Britain*.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Uma geração de intelectuais marxistas começa a despontar, inclusive em programas de pós-graduação nas Universidades. Um dos conceitos trazido por eles é o conceito de ideologia, formatado como sinônimo de uma *falsa consciência* e que auxiliou a teorizar sobre o estado de inconsciência da classe trabalhadora com relação a seu estado de opressão. Karl Marx (1818-1883), Lênin (1870-1924), George Lukács (1885-1971), Althusser (1918-1990) e Antônio Gramsci (1891-1937) são alguns dos pensadores/ filósofos e políticos/sociólogos chamados a decifrar o fenômeno das contradições sociais. Acontecem, portanto, alterações teóricas no enfoque dado ao fenômeno do *populismo*. As categorias gramscianas (persuasão e repressão) substituem o enfoque anterior. Nas palavras de FERREIRA: “*Repressão e persuasão, ou, como é comum dizer, repressão policial e propaganda política, tornaram-se elementos centrais para se compreender os mistérios do sucesso de Vargas entre os trabalhadores.*” (2001, p. 86) Com os trabalhadores mais conscientes e politizados, o Estado Novo operou através da repressão; com os trabalhadores que não conheciam a experiência sindical, jogou e se valeu de recursos oferecidos pela propaganda e doutrinação políticas. Eis sobre o que tematizam diversos escritos da década de 80 sobre o Estado Novo. Concordamos com FERREIRA (2001), quando afirma que não só a persuasão, nem a repressão são, por si só, capazes de sustentar um mito como Vargas. Afinamos, também, com WEFFORT (1980), quando diz que “*condições de existência das massas têm seu papel nessa invenção*” (p.34).

Acompanhando a ideia de que, a cada novo paradigma ou modelo de sociedade, novas concepções e teorias surgem para explicar fenômenos sociais e políticos, outras concepções de sociedade e de política nascem. A



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

“novidade”, entre outras, é a exposição da noção de controle social, ancorada em teses do estilo de Michel Foucault (noções de poder e governamentalidade) e de Jürgen Habermas (teoria dos discursos racionais), que, em realidade, não foram tão inovadoras e alternativas. Eram necessários novos caminhos teóricos, portanto, para explicar a eficácia das ações varguistas entre os trabalhadores.

Vários historiadores brasileiros nos idos dos anos 80, utilizaram, em ritmos e graus variados, a literatura de escritores identificados com a história cultural. Baseado nisto, então, originou-se um conceito: o de cultura popular, contrariando que apenas as classes dominantes obtinham o monopólio das ideias. Passou-se a aceitar que os trabalhadores, camponeses e pessoas comuns produzissem suas próprias crenças, valores e códigos comportamentais, quando se apropriassem de mensagens dominantes e fornecessem a elas o seu “tom”. O conceito de circularidade cultural formulado por Carlo Ginzburg nos fornece elementos para a comprovação de que as ideias não são produzidas e impostas pelas classes dominantes.

Com a introdução destes novos conceitos e sem deixar de lado seus próprios métodos de trabalho, muitos historiadores brasileiros utilizam o conceito de cultura, categoria até então restrita às análises antropológicas. Pelo viés britânico, E. P. Thompson cita que jargões como *populismo*, *getulismo*, *janguismo* ou *trabalhismo*, aparecem para tentar fabricar explicações apresentadas como racionais para comportamentos tidos como irracionais. Para WEFFORT, conforme o que já mencionamos acerca das “doenças infantis”, o *populismo* nunca teria sido, em suas próprias palavras, “bastante conseqüente em seu irracionalismo para colocar-se diretamente sob



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

a tutela do chefe”, enquanto o nacionalismo, por sua vez, é definido como *irracionalismo* sob a forma racional (sic, apud FERREIRA, p.102).

Como vimos, as análises acerca do que vários autores denominam *populismo de 2ª geração* nos propiciam vislumbrar o inegável auxílio teórico que as categorias da história – como, por exemplo, *história cultural*, *circularidade cultural* – providenciam para o entendimento de certas categorias da política e da sociologia. No caso em questão, a decifração da noção de *populismo*, surge aprimorada e associada ao fenômeno histórico do *trabalhismo*. A fim de compreender melhor os conceitos, o proveito que podemos tirar das análises dos historiadores está relacionado ao intercâmbio entre os mesmos e os autores vinculados às teses marxistas. BORGES (2002) nos ajuda nesta reflexão. Auxilia, inclusive, na compreensão das razões por que Jorge Ferreira passa a mencionar *populismo* e *trabalhismo* como conceitos correlatos (p.102).

Os autores, em suas análises, fazem-nos dar profícuas voltas e mais voltas em torno do conceito ou categoria explicativa populismo, ao qual se referem também como "noção", "palavra", "expressão", "imagem", "sentido"... Exploram também aqueles que são vistos como os sujeitos políticos dessa história: os líderes e seus projetos, as "massas" ou as classes e suas relações. Na obra, o populismo surge absolutamente enredado em outros conceitos, como trabalhismo, getulismo, queremismo, sindicalismo ou peleguismo, autoritarismo, fascismo ou totalitarismo (como se fossem termos equivalentes), e ainda nacionalismo e estatismo. Esses são analisados em suas doutrinas e em suas práticas,



configuradas estas em noções como "mistificação, manipulação e demagogia" (p.1).

A fim de compreender o *trabalhismo* como um fenômeno histórico, desprovido de arbitrariedades, surgem as explicações que tematizam as intervenções – repressivas e persuasivas – patrocinadas pelo Estado após 1930, as quais, em várias análises, teriam alterado os caminhos naturais da classe na constituição de sua identidade política. Teríamos, se pudéssemos assim demarcar, uma passagem do *populismo* para o *trabalhismo*. Entretanto, a experiência do movimento operário e sindical entre 1930/1964 e as relações entre Estado e classe trabalhadora, ao serem definidas como *populistas*, devido à atuação estatal, podem e certamente devem ser criticadas pelo que Thompson chama de recurso da *interpelação* ou *chamamento*. A formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribuiu de forma decisiva para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Estado e classe trabalhadora identificaram interesses comuns. No *trabalhismo*, noções, crenças, avaliações valorativas e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores se fizeram presente muito antes de 1930, pois “*Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica*” (FERREIRA, 2001, p.103). Podemos, desta maneira, falar de um certo sucesso do *trabalhismo* e provável derrocada do *populismo*.

A DERROCADA DO POPULISMO



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Como política de massas, modo de governar e tendo por ideias básicas o controle, a manipulação e a tutela do Estado, o significado da noção de *populismo*, no dizer de Ângela de Castro Gomes, tornou-se, em fins dos anos 70, quase uma imposição, pelo compartilhamento já alcançado e pela ausência de versões de maior apelo. Na visão de WEFFORT, o *populismo* é comumente visto como um desvio, uma deformação ideológica e até mesmo uma falsificação da consciência de classe. Outros cientistas políticos, porém, interpretaram consciência de classe como algo que se define por uma complexa interação dos trabalhadores com o Estado e a classe empresarial. Na Sociologia, em geral, esse conceito aponta para alavancar o percebimento da classe trabalhadora em relação a seu potencial de mobilização. Em oposição à tomada de consciência, aparecem conceitos como *capachismo* e *subserviência*.

O cientista político mineiro, Miguel Bodea, por sua vez, critica, nas reflexões de Weffort, uma provável ligação do legado varguista (*populista*) e a ideia de que o *populismo* teria sido um pouco mais que uma forma pequeno-burguesa de consagração do Estado. Consoante com a teoria de Ernesto Laclau, Bodea procura demonstrar que Getulio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola primeiramente firmaram suas lideranças em uma estrutura partidária regional para somente depois projetarem-se na política nacional.

É numa conjuntura de desprazimento teórico e de busca de alternativas, que *A invenção do trabalhismo* (1988), de autoria de Ângela de Castro Gomes, surge no cenário acadêmico. Recebido primeiramente com certa inquietação, o texto e as reflexões amadurecidas da autora descortinam um panorama de



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

explicação da noção de *populismo* muito mais aperfeiçoado e maturado pelas oportunidades diferenciadas de análises e de refinamento do próprio conceito. A evolução da noção de *populismo*, evidentemente, toma conta de toda trajetória conceitual realizada por cientistas políticos, sociólogos, historiadores, antecedentes ou contemporâneos da pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil que se apropria dessa produção para aclarar algumas encruzilhadas por onde trilhou a política. Nas palavras de FERREIRA (2001, p. 109):

(...) foi preciso esperar que uma geração de historiadores, influenciados pelas abordagens culturais, pelas leituras antropológicas, pela recepção da assim chamada História Política renovada e, particularmente, pelas idéias de Thompson, estivesse receptiva para compreender a política brasileira entre 1930 e 1964 sob novos enfoques. Dez anos após sua primeira edição, *A invenção do trabalhismo* passou a sofrer uma nova leitura, menos inquietante e mais reflexiva.

No final dos anos 90, os que refutaram as abordagens que dão destaque à manipulação e à tutela estatal dos trabalhadores após os anos 30 deixaram de representar apenas algumas vozes isoladas.

JACOB GORENDER (1977) sugere que estamos vivendo o momento do *neopopulismo*, ocorrência em que o poder executivo toma para si a teoria e a prática de uma forte personalização e autonomia, além de tentar harmonizar as diferentes classes sociais e conciliar capital e trabalho em torno de uma agenda compartilhada.



**II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA**

O *neopopulismo*, contemporaneamente, pode certamente ser definido como uma ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, bem como a realização de seus anseios. O sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1998, quando disputava a reeleição, denominou *populismo* barato uma pseudo simpatia pelo povo e a falsa solidariedade pelas agruras por que este passa. Este “populismo barato” engloba ainda a pregação de soluções pomposas e espalhafatosas para os problemas da sociedade. Embora essa mesma sociedade esteja mais madura do que nos idos das ditaduras, não alcançou ainda níveis de consciência sobre a importância de uma participação política mais direta. Isto, conforme assinalamos, resulta ainda em uma ocorrência de falas e atitudes *populistas*.

A RELAÇÃO POPULISMO X SINDICALISMO: TEMOS DE APRENDER COM A HISTÓRIA?

A produção acadêmica a respeito do movimento sindical deve ter consciência da necessidade do caráter interdisciplinar da literatura especializada. No caso em discussão, ou seja, da relação entre *populismo* e sindicalismo, os historiadores devem reconhecer o fato de que as demais ciências sociais tomaram parte no início dos estudos sobre o movimento sindical brasileiro. A História entra neste campo a partir dos anos 70/80 e toma por base estudos de sociólogos para, somente em meados dos anos 90, começar a discutir, debater e caracterizar os trabalhos realizados, tendo como objetivo recuperar aspectos da produção anterior para formar uma discussão



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

comparativa nos períodos compreendidos entre a época do Estado Novo e o Regime Militar.

Um exercício de conjecturar sobre os impasses que chegaram certos escritos ao tentar substituir paradigmas interpretativos e uma teorização sobre os prejuízos que alguns conceitos sofreram – *populismo* é um deles – é que faz MATTOS (2003) em seu texto intitulado *Os historiadores e os operários: um balanço*. O autor reconhece que qualquer produção acadêmica sobre o movimento sindical deve reconhecer o caráter interdisciplinar da literatura especializada (p.13). Ao admitir a existência de uma quantidade razoável de textos que norteiam as origens da produção das ciências sociais entre os anos de 1950 e meados dos anos 70, Mattos também menciona que no fim dos anos 70 e início dos anos 80, começaram os primeiros trabalhos de historiadores sobre o tema (p.13).

No que diz respeito à evolução dos estudos acadêmicos, a chave de leitura para analisarmos as relações entre sindicalismo, política e história é a interdisciplinaridade. Em análises teóricas sobre os temas, a entrada dos historiadores é tardia, embora, por exemplo, os primeiros trabalhos da sociologia de São Paulo possuíssem uma vertente histórica, com destaque para as análises comparativas entre o sindicalismo do pós-30 e os movimentos sindicais anarquistas do início do século. O que, entretanto, não constitui impedimento para que os métodos e fontes, padrão para historiadores sejam utilizados por teóricos das áreas da sociologia e da antropologia. Isso ocorre mesmo em estudos relativos ao período republicano da política brasileira, um dos períodos mais estudados pelos historiadores brasileiros. Autores como Ricardo Antunes, José Ricardo Ramalho possuem trabalhos teóricos de matriz



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

sociológica que apresentam claramente um referencial histórico. As interconexões entre as áreas do conhecimento são de relevância pontual. No caso do relacionamento entre as teorizações sobre sindicalismo e ciências sociais, por exemplo, ocorre um impedimento de caracterizações simplistas do movimento operário. Como já dissemos, o próprio conceito *populismo* perde em produtividade, se não for levada em conta a análise histórica. Nas palavras de MATTOS (2003, p.14):

Sendo a noção de “sindicalismo populista” aquela que mais sofreu abalos com os novos elementos trazidos à reflexão pelos estudos recentes, é em torno do conceito mais amplo de “populismo” – tradicionalmente utilizado para identificar toda a fase do período compreendido entre as ditaduras do Estado Novo e Militar – que se faz hoje boa parte do debate.

Antes de iniciar as análises sobre o debate mais recente acerca do populismo e dos sindicatos, o autor propõe cautela, a fim de que não incorramos em exageros na valorização, tanto do velho como do novo. Nesse sentido, afirma ser “*fácil desacreditar totalmente perspectivas anteriores de análise quando nós já absorvemos como naturais as suas contribuições mais significativas*” (p.22-23). Uma revelação do Professor da Universidade Federal Fluminense nos fornece uma indicação muito razoável a respeito da porção de débito que as noções e os conceitos têm para com a História. A respeito dos desdobramentos evolutivos da noção de sindicalismo em relação ao conceito populismo podemos afirmar que “(...) *tiveram um impacto decisivo no*



desenvolvimento posterior da historiografia sobre as relações entre Estado e trabalhadores” (p.27).

A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE APOGEU DO POPULISMO BRASILEIRO: O LIVRO DIDÁTICO

Partindo da premissa de que os movimentos políticos influenciam e interferem diretamente em todos os setores da sociedade, percebemos que a educação não poderia sair ilesa de um reflexo dos fenômenos populistas e trabalhistas.

No período do apogeu populista, período da “Era Vargas”, é possível perceber o direcionamento que se dava em relação à educação. Um exemplo que comprova tal afirmação pode ser dado ao analisarmos alguns dos materiais didáticos da época. Getúlio Vargas instituiu a *Comissão Nacional do Livro Didático* (CNLD), através do Decreto Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, na gestão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde no período entre 1934 e 1945.

Assim, a partir do estabelecimento da CNLD, que fornece as condições de produção e utilização dos livros didáticos, a figura de Vargas aparece em algumas obras, através de ilustrações com características peculiares, como um verdadeiro mito. É apresentada a imagem de um homem bom, preocupado com as crianças e que aparece como um sábio, alguém que se apresenta com a finalidade de mostrar direções e indicar caminhos que os estudantes pudessem seguir. Através da manipulação de uma propaganda imagética e dos textos que eram estreitamente selecionados, o Estado propunha ideologias e



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

um sistema de crenças condizentes com os conceitos que pretendiam passar como verdades absolutas para as crianças da época. Sobre a conceituação de mito, citamos as palavras de Ângela Castro Gomes:

Mitos (...) são complexos e duradouros sistemas de crenças. São, por definição, ficção e realidade, não estando sujeitos a confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa. Justamente por isso, são formulações que resistem ao tempo e às chamadas provas empíricas. Mitos são formulações com alto grau de coerência e, ao mesmo tempo, com fortes tensões intrínsecas. E mitos políticos existem (...) para serem acreditados e não para serem discutidos ou testados (2002, p. 64).

Desta forma, a figura de um mito populista como Vargas oferece elementos persuasivos que se prestam a outras mensagens subliminares: a de que o Estado estava no comando e de que o melhor caminho para a concretização do progresso eram as ideias trabalhistas. Não é de hoje que Althusser nos alerta que a escola é um importante aparelho ideológico do Estado. E ele estava certo: na escola, reproduzem-se culturalmente as ideologias dominantes. Nas palavras do autor:

(...) nenhum Aparelho Ideológico do Estado dispõe de tanto tempo de audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita...), 5 a 6 dias em 7 que tem a semana, à razão de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista (ALTHUSSER, 1970, p.66).



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Através da escola, é possível “plantar” nos alunos ideologias e meios de manipulação que sirvam aos interesses do setor dominante. O sistema educacional varguista, através dos materiais didáticos, lançava o germe das ideias que convinham ao Estado, pois, se fato é que a educação do futuro ocorre desde o início da formação das crianças, convém que as mesmas sejam educadas desde cedo, na infância, tempo onde a personalidade está em construção; aventando em seus referenciais a simbologia maniqueísta da figura do que é “bom” e do caminho a ser seguido. Assim, uma geração que se forma aclamando seus governantes serve de interesse ao Estado, pois um povo que ama e confia em seu governo dificilmente rebelar-se-á contra a classe dominante.

Evidentemente, ao analisarmos a relação entre trabalhismo e populismo na educação dessa época, percebemos que o populismo é um excelente meio para se chegar a um objetivo maior. Através do populismo, da figura de um governante carismático, “pai dos pobres”, bondoso, simpático e generoso, é possível gerar sentimentos nas pessoas que sirvam de meio para que as transformem em meros “fantoques”, manipulados pelo governo. E os livros didáticos da Era Vargas não se abstinham de um uso ideológico. Nas palavras de FARIA (1984, p. 71), torna-se claro o papel dos livros didáticos nas escolas:

O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante também não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre. O que ocorre é que a ideologia dominante considera a produção intelectual autônoma e desconhece a base material como instância determinante. Então, expressa através de



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

valores universais os interesses da burguesia e justifica a conservação das relações de produção existentes. Isto não é estar desligado da realidade, pelo contrário, através deste mecanismo, o livro didático serve à manutenção dos interesses da classe dominante ignorando os interesses da classe operária.

Complementamos as palavras de Ana Lúcia Faria, ao afirmarmos que os livros didáticos servem à manutenção dos interesses da classe dominante e aos interesses do Estado; visto que, nas escolas públicas, há o controle e a indicação de livros que devem ser utilizados nas instituições de ensino. Percebemos, assim, que para se chegar às propostas do trabalhismo como um fim, usa-se o populismo como um meio. As ideias de valorização do trabalho e de trabalho como o caminho de perspectiva para o futuro, convinhem ao desenvolvimento do país, que ansiava por expansão e progresso. O papel do trabalho, no contexto do Estado Novo, tinha a seguinte orientação ideológica:

Ressalta de tudo que a política nacional tem um conceito exato do trabalhador, que não é só o homem das fábricas, mas também o dos campos, o das casernas, o dos escritórios etc., - todos os homens que produzem, que impulsionam o progresso, valorizam a sociedade, engrandecem a nação. Vendo a nova política nos trabalhadores, valores humanos e não máquinas de produção, conclui-se que o trabalhador, no novo Estado, não é mais uma força transitória de produção, uma coisa de oportunidade, um valor intermitente na sociedade, mas um elemento permanente de progresso, uma constante da evolução nacional, uma célula vital do organismo pátrio. Logo, o trabalho não é somente um meio de servir à pátria. Daí não se ver mais no trabalhador um mero objetivo de exploração capitalista, e sim uma força ativa e



construtiva, um elemento de realização nacional (FIGUEIREDO, 1984, p. 137).

Entretanto, a forma como o governo de Getúlio Vargas apresentava o conceito de trabalho, trazia elementos distorcidos da realidade nos materiais didáticos da época. Nestes, se faziam presentes alguns dos elementos fantasiosos a respeito do que NOSELLA (1981, p. 215) nos alerta:

O Trabalho jamais é explicitado objetivamente pelos textos de leitura. Não são analisados os mecanismos econômicos e sociais que regem o mundo do trabalho. Pelo contrário: as diferentes profissões são igualadas num plano imaginário. As relações de trabalho são justificadas “cientificamente”, os trabalhadores são idealizados e a produtividade transforma-se em fonte de alegria e no máximo dever do homem diante de si mesmo, da Família, da Pátria e de Deus.

Assim, a perspectiva do trabalho ideologizada pelo livro didático é um dos meios através dos quais o populismo pretende a transmissão da propaganda de suas crenças e tradições. Ao cometer este ato ideologizante, aparta do populismo sua visão positivada, o trabalhismo real.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O propósito central do presente texto foi buscar desvendar a trajetória dos conceitos *populismo* e *trabalhismo*, que se revestem de uma grande complexidade e de expressiva relevância para a compreensão da política. Para tal empreendimento, buscamos apoio de autores que tratam da temática nas



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

produções acadêmicas das áreas da Sociologia, Ciências Sociais e Ciência Política. Entre os principais, aqui destacados, citamos Jorge Ferreira, Marcelo Badaró Mattos, e Ângela Gomes.

Frequentemente, pecamos ao não associar devidamente os dois conceitos. Isso se deve a uma tradição não arejada por reflexões teóricas atualizadas que não nos permitem acompanhar o que é denominado como uma visão positivada do *populismo*, ou seja, sua transmutação em *trabalhismo*.

Pelas leituras e reflexões feitas, podemos perceber uma ascensão nas primeiras e segundas gerações do populismo e a queda do conceito. Em sua primeira geração, temos um *populismo* puro e original, com total subserviência da classe trabalhadora; na segunda geração, o *populismo* na sua versão mais repressiva e demagógica, porém com razoável grau de satisfação das massas – elemento pouco ressaltado pelas teorias que se baseavam nas ideias de Weffort, por exemplo. A respeito de uma derrocada do *populismo*, afirmamos que seu colapso ocorre devido a sua auto-explicação, ou seja, a partir de um perspectivismo. Em outras palavras, o *populismo* é “assaltado” pela história, pelas circunstâncias em que está inscrito. A compreensão dos movimentos feitos pela relação entre a classe trabalhadora e o Estado passa pelo acompanhamento das condições históricas que cercam esse relacionamento.

Nesse sentido, mencionando o *trabalhismo*, notamos que tanto os conceitos quanto a própria dinâmica das ligações entre os dois segmentos (Estado e classe trabalhadora) evoluem de uma situação de pacto inicial ao estilo de Hobbes (1588-1679), para uma condição de pacto político em que convivem atores desiguais, porém, com interesses comuns.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

A fim de entendermos a história do sindicalismo, precisamos superar o rótulo de sindicalismo *populista* que rebaixa o movimento e escamoteia a realidade. Para uma melhor compreensão dos desdobramentos das ocorrências do *populismo*, do *trabalhismo* e do *sindicalismo*, acatamos a orientação de Marcelo Badaró Mattos que sugere uma análise mais aprofundada sobre as greves e movimentos de repressão como forma de interpretar o real fato histórico do sindicalismo. O recurso à história, portanto, é sempre salutar e recomendável.

Afetada diretamente pelo populismo em seu período áureo, a educação brasileira apresenta-se para o Estado como um forte elemento capaz de reproduzir as ideologias que o governo necessita para manter o poder e a ordem social. Observamos como isto ocorreu na Era Vargas através da instituição da *Comissão Nacional do Livro Didático* (CNLD). Por fim, esperamos que as reflexões aqui expostas possam suscitar o debate a partir das temáticas apresentadas e apostamos na vinda de novos trabalhos que possam ampliar as questões aqui levantadas.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1970.

ATTLEE, Clement. *Bases e fundamentos do trabalhismo*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. *O populismo e sua história – debate e crítica*. Jorge Ferreira (org). Disponível em Scielo – Scientific Electronic Library Online.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Cortez, 1984.

FIGUEIREDO, Paulo Nunes Augusto de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1983.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Reflexões em torno de populismo e trabalhismo*. In: *Varia História*, nº 28, dezembro de 2002.

IANNI, Octavio. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MACPHERSON, Crawford Brough. *Voluntary associations within the state, 1900-1934; with special reference to the place of trade unions in relation to the*



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO
E EDUCAÇÃO JURÍDICA

state in Great Britain. Tese de Doutorado. The London School of Economics and Political Science. London, 1935.

MATTOS, Marcelo Badaró [et al]. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1981.

RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.